

Governadores pedem igualdade com SP

JORNAL DO BRASIL

BRASÍLIA — Os governadores de estado organizaram ontem um forte lobby para reivindicar do governo federal um tratamento idêntico ao dispensado à dívida de São Paulo. Se o governo federal se negasse a indicar um único interlocutor para alongar os perfis das dívidas dos estados, os governadores dificultariam a aprovação do acordo do Banespa no Senado. “Nenhum de nós está participando de jogo de chantagem”, negou o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito (PMDB).

O presidente Fernando Henrique Cardoso determinou que o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, passe a ser o interlocutor do governo federal para negociar a rolagem das dívidas dos estados. Fernando Henrique fez, em contrapartida, um apelo para que os governadores façam com que suas bancadas no Congresso aprovem a reforma administrativa. “Ou se faz a reforma administrativa, ou então o resto é retórica”, afirmou o presidente. Fernando Henrique alertou que de nada adiantará a rolagem das dívidas ou a concessão de novos empréstimos, se não for feita a reforma administrativa.

Pacto — Em almoço na residência oficial do governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT), os 25 governadores presentes ao encontro — só faltaram os do Pará e da Paraíba — fizeram um pacto de solidariedade para evitar a concessão de aumentos aos funcionários públicos que comprometam mais de 60% da

arrecadação com a folha de pagamento. 25 ABR 1996

“Temos que acabar com a hipocrisia política, um governador fica falando em evitar o desrespeito à Constituição, enquanto o governador do estado vizinho, às vezes do mesmo partido, está concedendo aumentos”, reclamou Brito, nomeado como porta-voz oficial pelos colegas. Alguns estados estão comprometendo até mais de 90% da arrecadação tributária com o pagamento de servidores.

FH — Depois do almoço os governadores se encontraram com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com os presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, onde pediram o fim da “indústria das liminares”, que imobiliza várias ações de governo. No Ceará, por exemplo, a construção do novo aeroporto ficou parada meses devido à liminar concedida a uma empreiteira. Vários estados têm situações parecidas e querem ser ouvidos antes de o Judiciário conceder liminar contra o poder público.

No Congresso, os governadores tentam apressar a aprovação da reforma administrativa, que deveria ter seu relatório votado na comissão especial em fevereiro, mas até hoje está emperrada. O problema dos governadores é que líderes de seus próprios partidos — com exceção do PSDB — ainda resistem à quebra da estabilidade do funcionalismo público.